



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechincha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Horta Nunes, Jordão

Neutralidade ou impregnação teórica na observação: implicações metodológicas nas ciências sociais

Sociedade e Cultura, vol. 8, núm. 1, janeiro-junho, 2005, pp. 43-51

Universidade Federal de Goiás

Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70380103>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Neutralidade ou impregnação teórica na observação: implicações metodológicas nas ciências sociais*

JORDÃO HORTA NUNES**

Resumo: Há uma dicotomia metateórica essencial na filosofia da ciência e nas ciências da cognição que apresenta importantes implicações metodológicas nas ciências sociais: a distinção entre enunciados puramente observacionais e enunciados "carregados" teoricamente. A defesa de cada alternativa repercutiu na definição dos fundamentos e métodos da ciência empírica, com especial ênfase no questionamento da objetividade. Embora a tese de que a observação seja, pelo menos, lingüística e socialmente condicionada prevaleça no campo das ciências sociais, a procura de uma "base empírica" reaparece, principalmente na crítica de um relativismo radical que decorreria da aceitação da tese da "impregnação" teórica. O problema torna-se mais relevante em tendências como a etnometodologia ou o construcionismo social, que praticamente negam a possibilidade de uma descrição "objetiva" da experiência ou do mundo.

Palavras-chave: teoria; observação; objetividade científica; relativismo; metodologia das ciências sociais.

A relação entre teoria e dados ou, mais especificamente, entre enunciados teóricos, que explicam ou fazem-nos compreender o mundo, e enunciados observacionais, afirmando diretamente estados de coisas do mundo exterior, constitui uma questão clássica na metodologia ou na filosofia da ciência, compreendida como investigação metateórica de pressupostos da atividade científica. Afinal, supõe-se que os dados proporcionem um tipo de evidência que comprove, de forma objetiva, o que se enuncia na teoria. Questionar a relação entre teoria e dados ou criticar a base empírica na ciência equivale a pôr em dúvida o intocável atributo da

objetividade científica. A posição tradicional a respeito da questão é a de distinção ontológica e metodológica entre teoria e dados. Uma defesa relevante dessa posição foi dada por Hempel (1952, 1970), que sustentava um acesso direto da observação aos dados e a possibilidade de expressá-lo por "sentenças observacionais" incluídas em relatórios. Tais sentenças afirmariam (ou negariam) propriedades ou relações observáveis atribuídas a objetos. Esse tipo de proposições epistemologicamente "coladas" à realidade e consideradas teoricamente neutras é empregado para testar ou corroborar leis gerais, que são proposições teóricas. A possibilidade de realizar uma observação neutra, livre de pressupostos, garantiria, no "critério empirista do significado" defendido por Hempel, a objetividade da ciência.

A tese de Hempel não encontra, contudo, a mesma recepção positiva que teve desde sua

* Este trabalho constituiu a base de uma comunicação apresentada no Fórum Dicotomias Metateóricas nas Ciências Sociais, durante o XXVII Encontro Anual da Anpocs, em outubro de 2003.

** Doutor em Sociologia pela USP e professor na Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: jordao@fchf.ufg.br.

primeira formulação, nos anos 50, mesmo se nos restringirmos ao círculo das ciências naturais. Houve reconhecimento e valorização da posição oposta, cuja primeira formulação é atribuída a Norwood Hanson (1958). As sentenças observacionais são, para Hanson, “carregadas” teoricamente; a própria observação depende de nossa experiência passada, de um conhecimento que é matizado pelas formas lógicas das linguagens e das notações que temos utilizado. A tese da impregnação teórica da observação foi aceita e reincorporada por inúmeros autores (Kuhn, 1970 [1962]; Feyerabend 1996 [1975]; Lakatos, 1978; Laudan, 1977), gerando extensões nem sempre consensuais. A questão do distanciamento (ou aproximação) entre observação e teoria, que implica também uma reavaliação do relacionamento entre percepção e conhecimento científico, teve interessante desdobramento na filosofia da mente, nas ciências da cognição e até em uma sociologia do conhecimento; contudo, não é o caso de aprofundar nessa direção. Interessa aqui a repercussão dessas duas posições na metodologia das ciências sociais, a identificação de teorias ou tendências que articulam aspectos da problemática considerada, bem como a avaliação dos principais argumentos envolvidos nessa articulação.

Uma retrospectiva ligeira da produção teórico-metodológica nas ciências sociais tenderia a localizar no positivismo sociológico, que emergiu na segunda metade do século XIX, ou mesmo no naturalismo metodológico, que caracterizou a produção sociológica de Durkheim, a defesa mais veemente da distinção entre observação e teoria. Certamente, encontramos no positivismo ou no naturalismo se não a defesa de uma unidade metodológica entre as ciências naturais e as ciências sociais, pelo menos a subordinação das regras metodológicas da sociologia aos princípios ontológicos, lógicos e epistemológicos que fundamentam a elaboração de técnicas para a investigação do mundo natural. Entretanto, somente essa subordinação não nos permitiria concluir que Comte ou Durkheim defenderiam a existência de dados brutos totalmente independentes de construções teóricas ou, ainda, que impediriam qualquer reinterpretação dos fatos caso estes se evidenciassem em desacordo com leis naturais. Ainda

assim, a lealdade ao princípio básico do empirismo de valorizar apenas as inferências baseadas na observação fica evidente na sociologia durkheimiana, mesmo quando a distinção entre teoria e dados parece ameaçada.

É o caso, por exemplo, do emprego do conceito de “consciência coletiva”, cuja vinculação a uma psicologia social ou, analogicamente, à própria psicologia individual não pareceria descabida. Durkheim, em *Da divisão do trabalho social* (1999), longe de recorrer a interpretações de depoimentos de trabalhadores informando o que os mantém unidos em ambientes de trabalho, ou mesmo de interpretar legislações trabalhistas, considera as regras jurídicas como “símbolos visíveis”, como indicadores de um fato social subjacente, ou seja, de um tipo de solidariedade ou de vínculo de coesão social. O número de regras jurídicas repressivas é proporcional ao número de relações em que se efetiva a ação da consciência coletiva, número este que corresponde aos vínculos do indivíduo ao grupo, criados pela solidariedade mecânica, da qual deriva a coesão social. Portanto, estamos diante de uma aplicação cabal do princípio que distingue dados observacionais de enunciados ou conceitos teóricos. Contudo, ainda que a distinção esteja evidente, não há propriamente regras metodológicas que aconselhem a depuração da linguagem científica de influências metafísicas ou de pressupostos teóricos que viriam a contaminar os enunciados puramente objetivos e passíveis de verificação. Se um reducionismo metodológico é inegável na obra de Durkheim, em direção ao naturalismo, é equivocado considerá-lo a ponto de admitir que os enunciados teóricos devam se basear puramente em sentenças observacionais diretamente relacionadas com nossas sensações ou nossa aproximação sensorial com a realidade exterior.

Se é difícil aceitar a tese da impregnação teórica na metodologia durkheimiana, sua pertinência epistemológica já se revela ao considerarmos uma questão clássica na sociologia de base estrutural-funcionalista: a estrutura social e a obtenção do status. Alguns autores, como Coser (1975) e Burawoy (1977), chegaram a rotular a pesquisa desenvolvida nessa área como não-teórica, como carecendo de suporte meto-

dológico. No entanto, uma reconstrução metodológica pode facilmente revelar as preferências teóricas, ou os pressupostos subjacentes que as orientam. O artigo clássico de Davis e Moore (1969 [1945]), "Alguns princípios de estratificação", ilustra a estratégia metodológica que se tornou padrão, nas décadas subseqüentes, na investigação da estratificação social e da obtenção de prestígio. Pressupõe-se que a sociedade deva, de alguma forma, distribuir os indivíduos em posições sociais e motivá-los a realizar os deveres ou atividades concernentes a elas. Para isso, recompensa diferencialmente os agentes, levando em conta suas posições no sistema social. A estratificação consiste, portanto, em um artifício que garante a ordem das desigualdades em virtude do prestígio hierarquizado e relacionado a funções específicas.

A variável básica nesse tipo de pesquisa é a de "ocupação", cujos valores podem inclusive provir de tabelas oficiais, como a Classificação Brasileira de Ocupações, elaborada pelo MTE no Brasil. Primeiro, associa-se os indivíduos a essas categorias ocupacionais, relacionadas diretamente a habilidades ou a funções na organização do trabalho e indiretamente a níveis de especialização técnica ou de escolaridade. O segundo passo é ranquear as categorias ocupacionais em uma escala numérica que avalia as posições sociais correspondentes. Assim, todas as variáveis intervenientes na caracterização da ocupação (descrição da atividade, nível de escolaridade, tipo de conhecimento envolvido, idade, gênero, salário ou remuneração média pelo desempenho etc.) tornam-se avaliáveis unidimensionalmente, mediante o emprego de técnicas estatísticas de regressão múltipla ou modelos de co-variância. A disseminação de surveys e levantamentos de opinião que incorporam alguma dimensão das teorias de estratificação social, cujos pressupostos nem sempre estão explícitos, concorre para um tipo de crítica que se faz à hierarquização do prestígio em categorias ocupacionais: a estratégia seria precária, pois baseia-se exclusivamente em procedimentos quantitativos e, sobretudo, na estatística, que reduz as variáveis associadas a indicadores escalonados que têm como unidade básica o indivíduo,

impossibilitando, assim, a consideração de grupos, classes e entes coletivos.

Reduzida a pura técnica estatística, a pesquisa de estratificação e da posição social deveria perder essa orientação individualística e privilegiar a dimensão estrutural da sociedade. Contudo, a explicitação das proposições teóricas que norteiam a estratégia anterior demonstra a improcedência da crítica. Não se trata de um problema técnico, mas de implicações do esquema conceitual orientador que lhe dá origem. Talcott Parsons expressa objetivamente em um artigo (1940) essa estratégia metodológica de investigação da estratificação social, que utiliza o prestígio como único fator relevante da avaliação da diferenciação ocupacional:

A estratificação social é considerada aqui como ordenamento diferencial dos indivíduos que compõem um dado sistema social e a consideração destes como superiores ou inferiores em relação aos outros em certos aspectos socialmente importantes. Somente na medida em que as diferenças são tratadas como envolvidas ou relacionadas com tipos particulares de superioridade ou inferioridade social é que são relevantes para a teoria da estratificação social [...]. Há, em qualquer sistema social dado, um sistema real de classificações ordenadas em termos de avaliação moral. Isso implica, entretanto, em algum sentido, um conjunto integrado de padrões de acordo com o qual são, ou se supõe que sejam feitas as avaliações.

Parsons associa, na declaração anterior, a estratificação social ao tipo de explicação funcionalista que, segundo Kincaid (1994), envolve dois requisitos fortes: a) alguma prática ou instituição tem algum efeito característico; b) tal prática ou instituição existe para promover esse efeito. Em síntese, a diferenciação ocupacional ordenada por status é que caracteriza o sistema social que, por sua vez, necessariamente promove essa diferenciação de forma reiterada. Porém, não se trata da sociedade em sentido universal e genérico, mas de sistemas sociais delimitados. O que justifica a valorização, pelos funcionalistas, de Malinowski a Merton, de características individuais como a posição ocupacional é a pressuposição de homoge-

neidade de mercado que permita uma alocação livre, aberta e competitiva dos indivíduos. Assim, explica-se a escolha de uma variável como ocupação como indicadora de uma posição de status distintiva relacionada ao desenvolvimento de certas habilidades individuais, decorrentes de treinamento, formação escolar ou mesmo de traços individuais de personalidade. O ataque à valorização do status ocupacional deveria ser dirigido não contra técnicas de pesquisa quantitativas, mas contra os pressupostos teóricos vinculados à designação do prestígio ocupacional como indicador da posição social. Atentar para essa vinculação, aceitando a teoria da impregnação teórica dos dados observacionais, traz importantes alternativas metodológicas em relação à postura tradicional da distinção entre observação e formulação teórica:

- a possibilidade de reconsiderar pressupostos ou teorias antes aplicadas em domínios mais extensos a escopos de aplicação mais restritos, que se tornam válidos mediante a consideração de outras variáveis ou o remanejamento de variáveis tradicionais;
- a viabilidade de considerar outros fatores que não aqueles referentes a características individuais de pessoas distribuídas diferentemente na estrutura social (idade, gênero, renda, escolaridade etc.) para explicar a obtenção de uma posição de status. Uma alternativa aqui seria considerar os padrões de interação social nas situações de trabalho e associá-los a estratégias de classes ou de instituições para a realização de finalidades associadas à mobilidade social de seus membros e até a possibilidade de transformação da estrutura social;
- o recurso ao construcionismo social ou à sociologia reflexiva como alternativas para resolver o dilema epistemológico entre teoria e dados.

O construcionismo social constitui a tendência metodológica em que há maior grau de aproximação entre teoria e observação. O conhecimento pressupõe, no plano epistemológico, um pré-conhecimento apresentado

pelos sujeitos em uma comunidade lingüística. Quer provenha da memória, da percepção ou da linguagem, o conhecimento da realidade social sempre vai além da informação e surge da interação entre essa informação, o contexto ou situação na qual ela é apresentada e o pré-conhecimento que, no caso do conhecimento científico, comporta proposições teóricas, ainda que nem sempre evidentes em enunciados de nível técnico. Embora a perspectiva do construcionismo abrigue influências teóricas diferentes, como a fenomenologia (Berger e Luckmann, 1974; Ricoeur, 1978), o estruturalismo (Douglas, 1978), a filosofia analítica da ciência (Hesse, 1974; Latour e Woolgar, 1979), a teoria crítica e a hermenêutica (Habermas, 1984, 1987), o interacionismo simbólico (Goffman, 1974), a lingüística (Lakoff e Johnson, 1980) e as ciências cognitivas (Turbayne, 1991), é na sociologia de Bourdieu e seguidores que essa tendência epistemológica encontra maior coerência e aplicabilidade, no campo das ciências sociais.

O construcionismo de Bourdieu está associado a um movimento auto-referencial na sociologia: os sociólogos reconhecem que o conhecimento que produzem, reinterpretando esquemas simbólicos relacionados a regras de ação, passa a influenciar, de forma recursiva, novos esquemas e formas de ação. A prática sociológica, produto da prática social, tem a possibilidade de orientar, em algum grau, as ações sociais; constitui-se, portanto, também como prática social. No extremo dessa argumentação, a prática sociológica tem valor normativo, ela pode nos indicar as formas mais adequadas de ação social. Os fundamentos metodológicos do construcionismo de Bourdieu estão em *A profissão do sociólogo* (2000 [1968]) e suas condições de aplicabilidade técnica principalmente em *La distinction* (1979). O conhecimento prático é o ponto de partida do conhecimento sociológico, ainda que seja necessária uma ruptura contra suas representações parciais, muitas vezes conectadas a interesses de classe, que formam o senso comum. Esse saber prático compreende os esquemas classificatórios (estruturas mentais, formas simbólicas etc.) e os esquemas históricos da percepção que, segundo Bourdieu, provêm de estruturas sociais incorporadas e constituem um

produto da divisão objetiva em categorias de classificação (idade, sexo, classe social etc.). Tal estrutura cognitiva fundamental é a condição de possibilidade da existência de um mundo de sentido comum, que nos permite classificar e justificar práticas sociais, bem como diferenciar e avaliar, esteticamente e racionalmente, os produtos dessas práticas. O *habitus*, disposição para agir de uma forma socialmente reconhecida, organiza as práticas e a percepção das práticas e constitui, ao mesmo tempo, o princípio da divisão lógica em classes ou categorias que orientam a percepção do mundo social, justamente por ser o produto da incorporação da própria divisão social.

Voltemos ao exemplo da teoria da estratificação e da obtenção do prestígio social, reconsiderando a questão com base no construcionismo social de Bourdieu. Novamente a categoria ou variável de “ocupação” [no sistema censitário francês, “profissão”] é básica para a determinação da posição, ou da “classe objetiva” na estrutura social. É necessário recorrer ao *habitus*, como “forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe”, para construir a “classe objetiva”, que consiste em um conjunto de agentes situados em condições de existência que impõem condicionamentos homogêneos e produzem sistemas de disposições homogêneas próprias a engendrar práticas semelhantes. Tais práticas têm um conjunto de propriedades comuns objetivadas (bens, poderes) ou incorporadas (*habitus* de classe, incluindo sistemas classificatórios), que cabe à pesquisa empírica identificar e interpretar; ou melhor, cabe à metodologia reconstruir os esquemas de orientação que tornam possível a realização de tais práticas sociais efetivadas por agentes posicionados na estrutura social. Assim, a classe social não é definida por uma propriedade (como um valor da ocupação profissional desempenhada) ou por um cálculo de propriedades agregadas (gênero, salário ou renda, escolaridade, idade etc.), nem por associação de fatores relacionados a uma propriedade fundamental (como a posição nas relações de produção), mas é construída levando em conta a rede de características secundárias que manipulamos de forma mais ou menos inconsciente quando recorremos às classes construídas

com base em um critério único e pertinente como a profissão. Não se pode confiar puramente a modelos estatísticos a tarefa de representar a estrutura de relações entre as propriedades ou fatores pertinentes na determinação da classe social, pois tais modelos ou técnicas apenas deslocariam o sistema de relações subjacentes que é acobertado nos processos reais de exclusão e seleção que as práticas sociais envolvem (1979, p. 112-121; p. 545-548). Assim, as técnicas estatísticas não são empregadas como processos indutivos de obtenção de leis sociais, mas como recursos na verificação de hipóteses construídas por cuidadosa seleção, substituição e associação de variáveis, em um processo de construção que revela e valoriza fatores que são ocultos nas relações de dominação. A construção do objeto “reconstrói” criticamente a construção de uma posição de classe no mundo real, acentuando propriedades secundárias que também as constituem.

Tornou-se famosa, na produção sociológica de Bourdieu, a associação entre a procedência dos títulos universitários e o prestígio profissional, que seriam, em um primeiro exame, consideradas variáveis independentes. Pelo menos no caso em que certas ocupações já são socialmente reconhecidas e valorizadas como profissões, como nas carreiras de engenharia, medicina e direito, não somente a profissão depende do título, mas também o capital cultural associado ao título depende da profissão desempenhada, fazendo-nos supor maior ou menor capital adquirido na escola ou na família, conforme a profissão esteja mais ou menos prestigiada no período analisado. A seleção ou construção de um ou mais indicadores empíricos depende, portanto, de um pressuposto teórico: a posição social está relacionada ao domínio do capital cultural, simbólico, que, pelo menos no caso das profissões, predomina em relação às dominações exercidas pelo capital econômico ou social. Embora esse tipo de dominação seja acobertado pela própria concepção nominal da profissão, ligada ao domínio de habilidades ou de conhecimentos específicos que pode ser adquirido em qualquer instituição superior legalizada, qualquer profissional bem-sucedido que não seja formado nas universidades de excelência reconhecida na área relacionada à

profissão será certamente notado não por suas capacidades, mas por constituir uma exceção entre os portadores daquele tipo de título “desvalorizado”. Por outro lado, a tendência é privilegiar, na escolha de variáveis associadas ao prestígio profissional, os fatores que são comumente relacionados com o status profissional, isto é, as propriedades objetivadas como a alta remuneração e a propriedade de bens, em vez de fatores incorporados no próprio habitus de classe, como o falar “corretamente”, frequentar teatros e exposições e ter um gosto “apurado”.

O construcionismo de Bourdieu, que necessariamente requer a impregnação teórica dos dados, encontra não no positivismo sociológico, mas na “teoria a partir dos dados” (grounded theory) de Glaser e Strauss uma postura metodológica oposta, no que se refere à relação entre dados e teoria. Proposta no livro *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*, (1967), a teoria com base nos dados combinava influências do interacionismo simbólico¹ e dos métodos estatísticos aplicados à pesquisa sociológica.² A intenção dos autores era ocupar uma lacuna na produção metodológica entre a elaboração de grandes sistemas teóricos e a pesquisa empírica, área que já havia acolhido a contribuição significativa de Robert Merton (teoria de alcance médio), em uma abordagem funcionalista. Glaser e Strauss voltam-se para a geração de teorias, contestando o modelo verificacionista e dedutivista a que se adequava, por exemplo, a solução proposta por Merton (1968 [1949]). Não se trata de verificar, por meio de testes empíricos, o valor de verdade de enunciados observacionais, mas de aplicar uma teoria que é gerada indutivamente com base nos dados empíricos. Procura-se, então, discriminar as condições e circunstâncias que circunscrevem o sucesso de sua

aplicação, não importando a condição de verdade dos enunciados da teoria emergente.

A grounded theory desafia, portanto, a aproximação epistemológica entre teoria e dados, que já vinha ganhando adeptos na metodologia sociológica na época de sua formulação, tornando-se praticamente hegemônica (ainda que não no grau requerido pelo construcionismo social), durante seu desenvolvimento. Tal postura torna-se clara em vista de certas declarações feitas pelos autores até em nível das técnicas de pesquisa, aconselhando, como estratégia inicial na investigação, a

literalmente ignorar a literatura da teoria e dos fatos relativos à área em estudo, para assegurar que a emergência de categorias não seja contaminada pelos conceitos mais adequados a áreas diferentes. As similaridades e convergências com a literatura podem ser estabelecidas depois que o núcleo de categorias tenha emergido. (1967, p. 37)

O procedimento indutivo proposto para a geração de novas teorias consiste, grosso modo, em criar categorias com base nos dados por meio de um processo de codificação aberto. As categorias devem partir das próprias declarações dos agentes; exige-se que possam ser por eles compreendidas. Processo lento e trabalhoso, a codificação requer uma leitura acurada dos textos (anotações, entrevistas transcritas ou material documental), um questionamento contínuo para adequar cada categoria aos dados do texto (privilegiando termos do discurso comum, da linguagem cotidiana) e anotações intensivas das categorias criadas e dos dados subsequentes que se adequarão a elas, na forma de memorandos.

O processo de codificação recebeu melhor descrição em livro posterior, já sem a participação de Gleiser, que se tornou um clássico na metodologia qualitativa das ciências sociais (*Qualitative analysis for social scientists*, 1987). Strauss aprimorou a técnica de codificação, incorporando diagramas integrativos que representam a articulação entre as categorias criadas. O núcleo da técnica é comparar continuamente dados recentemente codificados em uma categoria com dados previamente

1. Anselm Strauss foi discípulo de Herbert Blumer, que introduziu o termo “interacionismo simbólico” e sistematizou os princípios teóricos e as regras metodológicas da perspectiva, tornando-se referência obrigatória para sua consolidação e seu desenvolvimento. Strauss escreveu um dos livros mais conhecidos na tradição sociológica do interacionismo simbólico, *Espelhos e máscaras* (1999).

2. Barney Glaser foi discípulo de Paul Lazarsfeld, famoso por aprimorar as técnicas estatísticas aplicadas na pesquisa sociológica quantitativa de matriz positivista.

classificados na mesma categoria, para identificar as propriedades das categorias. O processo continua até que uma “saturação teórica” seja alcançada, ou seja, quando não é mais possível gerar novas informações sobre uma categoria. O livro já apresenta o caráter de manual prático, com diversos exemplos e definições explícitas de regras e técnicas de interpretação, elaboração de memorandos, apresentação de resultados, exemplos de questões básicas para estimular a geração de teorias, além da reafirmação de alguns princípios sobre geração de teorias formais com base em dados.

Há também ênfase em alguns princípios metodológicos básicos da *grounded theory*, já apresentados na obra de 1967: compreensão comparativa, consciência do contexto e amostragem teórica. A inventiva articulação entre o quantitativo e o qualitativo na “teoria a partir dos dados” ganha um enfoque mais próximo da sociologia compreensiva nos trabalhos de Strauss, que contou depois com a colaboração de Juliet Corbin (Strauss e Corbin, 1990). Gleiser permaneceu fiel à orientação positivista e puramente indutivista, passando a incorporar também elementos das ciências cognitivas para aprimorar a formalização da *grounded theory*.³

Ainda assim, é possível sustentar que a teoria com base em dados, mesmo em sua primeira versão, ainda aceita, ainda que em pequeno grau, algum tipo de pressuposição por parte dos pesquisadores. Não é possível considerar a realidade como uma tábula rasa. O pesquisador tem uma perspectiva, derivada de uma experiência teórica e prática, que o ajuda a encontrar os dados relevantes e codificá-los em categorias (Cf. Gleiser e Strauss, 1967, p. 3, nota 3). Assim, a despeito do enfoque indutivista e gerativo, a *grounded theory* não aceita a idéia de “dados brutos” como ponto de partida, ou seja, de uma informação completamente objetiva com base puramente nos dados dos sentidos, em uma acepção fisicalista.

É razoável sustentar, após essas breves considerações a respeito da relação entre teoria e dados, que não há distinção ontológica entre entidades observacionais ou teóricas para justificar a existência de enunciados puramente empíricos ou de enunciados a priori com base em construtos e termos teóricos sem vínculo com a realidade observada. Abraham Kaplan já declarava (1969 [1964]), com respaldo na metáfora epistemológica do “zíper semântico” empregada por Hanson (1958), que a linha entre o observacional e o teórico é diferentemente traçada de acordo com os propósitos e contextos de nossa reconstrução da lógica em uso. Distinções entre termos teóricos e termos observacionais são uma questão de grau e não de gênero. Alvesson e Sköldbberg afirmam em livro recente, em uma linha de argumentação similar à de Kaplan, que:

a “grounded theory” e o construcionismo de Bourdieu podem ser vistos menos como alternativas mutuamente exclusivas e mais como posições terminais num espectro de possíveis metodologias cuja dimensão subjacente consiste na distância em relação ao que é estudado. [...] A “grounded theory” e a construção de objetos sociais são, assim, dois modos de pesquisa que produzem resultados valiosos, dependendo do que queremos. (Alvesson e Sköldbberg, 2000, p. 33, *italico dos autores*)

A breve reconstrução que realizamos do problema metodológico das posições de status na estrutura social, com base na distinção entre observação e teoria, indicou algumas possibilidades para a investigação desse objeto, com ênfase nas posturas extremas que valorizam a distinção radical entre dados e teoria e a adesão incondicional à tese da impregnação dos dados, seja pela teoria, seja por um pré-conhecimento com base na experiência vivida. Longe de esgotar o tema, desenvolve apenas uma das interpretações possíveis, ainda que insinue outras questões correlatas para discussão posterior. A relação entre técnicas qualitativas e quantitativas também manifesta um desenvolvimento frutífero, no sentido de possíveis articulações que destronam a oposição defendida nos manuais tradicionais, quando a consideramos sob o

3. Glaser e Strauss (1967, p. 32-5) consideram dois tipos de *grounded theory*, a substantiva, desenvolvida para uma área empírica, e a formal, desenvolvida para uma área conceitual. Como exemplos do primeiro caso, citam cuidados com pacientes, relações raciais, educação profissional, delinquência e outros. São exemplos de objetos de teorias formais estigma, comportamento desviante, autoridade e poder, mobilidade social e outros.

aspecto da relação entre teoria e dados. É interessante observar que a grounded theory constitui a base metodológica explícita no desenvolvimento de vários softwares de análise qualitativa, como o Aquad, o Nud-Ist e o Atlas-TI. Essas ferramentas de análise articulam técnicas de análise da conversação, teorias das ciências cognitivas, além de desenvolverem algoritmos para análise lexicográfica ou análise dos códigos construídos como unidades de significado. Talvez a própria diversidade dos recursos que esses softwares articulam reflita a própria trajetória da grounded theory desde a ênfase no indutivismo e da postura negando as pressuposições na investigação (1967) até o livro de Strauss e Corbin (1990), no qual já se admite certas pressuposições e algumas regras metodológicas. Por outro lado, Bourdieu não empregou principalmente a análise do discurso para identificar e descrever os habitus, mas recorreu a ferramentas estatísticas sofisticadas para a época, como a análise fatorial e as análises de co-variância. Contudo, Lóic Wacquant e Patrick Champagne, seus seguidores, privilegiaram as técnicas qualitativas, ainda que permanecessem fiéis aos princípios básicos da metodologia de Bourdieu, como a ruptura com o senso comum e a construção do objeto com privilégio epistemológico do pesquisador.

Finalmente, a negação de uma distinção radical entre teoria e dados leva-nos também a buscar uma postura intermediária entre o raciocínio indutivo, privilegiado na grounded theory, e o dedutivo, preponderante no construcionismo social, pelo menos na linha de Bourdieu. Certamente, há abordagens metodológicas que incorporam os dois tipos, geralmente em fases diferentes da pesquisa, a exemplo de Stuart Mill no século passado. Contudo, há a alternativa proposta pelo próprio Hanson e por Peirce, a retrodução ou abdução, que consiste na “passagem da descrição dos fenômenos concretos para a reconstrução das condições básicas para que esses fenômenos sejam o que são” (Dänemark, 2001). A abdução, concebida como habilidade de revelar estruturas profundas (deep structures), abre um caminho para a pesquisa sociológica alternativo ao racionalismo aplicado de Bourdieu, orientação epistemológica do construcionismo social que se estabelece como

central entre o realismo e o idealismo. A abdução é defendida na postura do realismo crítico, como um “ver como”, que introduz a criatividade na ciência e a possibilidade de ver os mesmos dados de forma diferente. Contudo, o desenvolvimento desses conceitos no nível metateórico da metodologia das ciências sociais ainda não obteve repercussão relevante nos níveis teórico e técnico.

Abstract: There is an essential metatheoretical dichotomy in the philosophy of science and in cognitive science that implies important methodological consequences in the social sciences: the distinction between purely observational and “theory-laden” statements. The defense of each alternative reflected upon the definition and the foundation of empirical science methods, specially calling into question the objectivity. Although the general acceptance in contemporary social sciences that observation is, at least, linguistic and socially conditioned, the pursuit of an “empirical base” reappears, mainly criticizing a radical relativism that emerged from the approval of the “theory-ladenness” thesis. The problem gains relevance in sociological tendencies as the ethnomethodology or social constructionism that almost deny the possibility of an “objective” description of the world or of the human experience.

Key words: theory; observation; scientific objectivity; relativism; methodology of social sciences.

Referências

- ALVESSON, Mats e SKÖLDBERG, Kaj. Reflexive methodology. New vistas for qualitative research. London: Sage, 2000.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade – Tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1974 [1966].
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A profissão de sociólogo. Preliminares epistemológicas. 2. ed. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Vozes, 2000 [1968].
- BOURDIEU, Pierre. La distinction. Critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.
- BURAWOY, Marcus. Social structure, homogenization and the process of status attainment in the United States and Great Britain. American Journal of Sociology. Chicago, n. 82, p. 1031-42, 1977.

COSER, Lewis A. Presidencial address: two methods in search of a substance. *American Sociological Review*. Chicago, n. 40, p. 691-700, 1975.

DÄNEMARK, B. et al. Explaining society. Critical realism in the social sciences. London: Routledge, 2001.

DAVIS, Kingsley e MOORE, Wilbert E. Alguns princípios de estratificação. In: BERTELLI, A.R.; PALMEIRA, M.G.S; VELHO, Otávio Guilherme C.A. (Orgs.). *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969 [1945], p. 101-116.

DOUGLAS, Mary. Símbolos naturais: Exploraciones en cosmología. Trad. de Carmen Criado. Madrid: Alianza, 1978 [1970].

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESTANY, Anne. The thesis of theory-laden observation in the light of cognitive psychology. *Philosophy of Science*. Chicago, v. 68, n. 2, p. 203-217, Jun. 2001.

FEYERABEND, Paul. *Against method*. 3. ed. London: Verso, 1996 [1975].

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*. New York: Harper, 1974.

HABERMAS, JÜRGEN. The theory of communicative action – Lifeworld and system: a critique of functionalist reason. Trad. de Thomas McCarthy. Boston: Beacon, 1987 [1985].

_____. The theory of communicative action – Reason and the rationalization of society. Trad. de Thomas McCarthy. Boston: Beacon, 1984 [1981].

HANSON, Norwood. *Patterns of discovery*. Cambridge: Cambridge University, 1958.

HEMPEL, Carl Gustav. *Fundamentals of concept formation in empirical science*. Chicago: The University of Chicago Press, 1969 [1952].

HESSE, Mary. *The structure of scientific inference*. London: MacMillan, 1974.

HORAN, Patrick M. Is status attainment research atheoretical? *American Sociological Review*. Philadelphia, v. 43, n. 4, p. 534-541, Aug. 1978.

KAPLAN, Abraham. *Conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. Trad.

de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Herder, 1969 [1964].

KINCAID, Harold. Assessing functional explanation in the social sciences. In: MARTIN, Michael e MCINTYRE, Lee (Eds.). *Readings in the philosophy of social science*. Cambridge: MIT, 1994 [1990], p. 415-428.

KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. 2. ed. Chicago: University of Chicago, 1970 [1962].

LAKATOS, Imre. *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge: Cambridge University, 1978.

LAKOFF, George e JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago, 1980.

LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve. *Laboratory life: the construction of scientific facts*. Princeton: Princeton University, 1979.

LAUDAN, Larry. *Progress and its problems – Towards a theory of scientific growth*. Los Angeles: University of California, 1977.

MERTON, Robert. *Social theory and social structure*. New York: Free, 1968 [1949].

PARSONS, Talcott. An analitic approach to the theory of social stratification. *American Journal of Sociology*. Chicago, n. 45, p. 841-862, 1940.

RICOEUR, Paul. Explanation and understanding: on some remarkable connection among the theory of the text, theory of action and theory of history. In: REAGAN, Charles e STEWART, David (Eds.). *The philosophy of Paul Ricoeur: an anthology of his work*. Boston: Beacon, 1978, p. 149-166.

STRAUSS, Anselm e CORBIN, Juliet. *Basics of qualitative research*. Newbury Park: Sage, 1990.

STRAUSS, Anselm e GLASER, Barney. *The discovery of grounded theory*. Chicago: Aldine, 1967.

STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e máscaras*. Trad. de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *Qualitative analysis for social scientists*. New York: Cambridge University, 1987.

TURBAYNE, Colin Murray. *Metaphors for the mind – The creative mind and its origins*. Columbia: University of South Carolina, 1991.